

JUVENTUDE RURAL NO OESTE CATARINENSE

RURAL YOUTH IN THE WEST CATARINIAN

Marlene Boniatti¹
Adilson José Fabris²

RESUMO

A agricultura familiar desempenha papel fundamental no desenvolvimento regional, sendo responsável pela produção dos alimentos que vão direto a mesa do cidadão, como feijão, leite, frango, suínos, mandioca, além de frutas e verduras, tornando o tema relevante. Este artigo objetiva realizar uma análise sobre a juventude rural e a sucessão familiar no oeste catarinense. A pesquisa é qualitativa e quantitativa, quanto aos objetivos é exploratória e descritiva, a realização do estudo se deu através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, como população da pesquisa artigos e publicações realizadas sobre os temas: Juventude rural, sucessão, agricultura familiar e desenvolvimento regional; e propriedades da agricultura familiar da 29ª ADR de Palmitos, tendo como amostra 36 propriedades rurais, a amostragem é do tipo probabilística estratificada, fazendo parte da amostra somente propriedades com jovens. Realizado entrevista estruturada com questionários contendo 10 perguntas fechadas de múltipla escolha. Estudos apontam como fatores determinantes para a permanência do jovem no meio rural, ampliação no acesso à terra; garantia de renda; participação na tomada de decisões; acesso ao lazer e meios de comunicação; educação voltada para o campo e questões de gênero. A pesquisa de campo corrobora com os dados da revisão verificando principalmente que na maioria das propriedades vivem apenas 3 pessoas; quem administra tem apenas o ensino fundamental e idade acima de 56 anos; os jovens desejam permanecer na agricultura; não discutem questões de herança; a renda é considerada satisfatória; o acesso aos meios de comunicação é grande e a localização da propriedade considerada boa.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar. Sucessão. Juventude.

ABSTRACT

Family farming plays a key role in regional development, responsible for the production of food that goes directly to the citizen's table, such as beans, milk, chicken, pork, cassava, as well as fruits and vegetables, making the issue relevant. This article aims to analyze rural youth and family succession in the state of Santa Catarina. The research is qualitative and quantitative, as far as the objectives are exploratory and descriptive, the study was carried out through bibliographical review and field research, as research population articles and publications carried out on the themes: Rural youth, succession, family farming and regional development; And properties of the family agriculture of the 29th ADR Palmitos, having 36 rural properties as sample, the sampling is stratified probabilistic type, being part of the sample only properties with young. A structured interview was conducted with questionnaires containing 10 closed-ended multiple choice questions. Studies point to factors that determine the permanence of young people in rural areas, increase in access to land; Income guarantee;

¹ Pós-graduanda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela FAI Faculdades, Engenheira-agrônoma CREA/SC 36.282-5, especialista em Solos e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Lavras MG e em Levantamentos Geodésicos e Georreferenciamento de Imóveis Rurais pela UNOCHAPECÓ, E-mail: marleneboniatti@epagri.sc.gov.br,.

² Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNSC, Especialista em Marketing pela URI/FW, Contador CRC/RS 98186/0-9, Professor da FAI Faculdades de Itapiranga/SC, E-mail: adilsonj.fabris@yahoo.com.br

Participation in decision-making; Access to leisure and media; Field-oriented education and non-agricultural activities. The field research corroborates with the data of the review mainly verifying that in the majority of the properties live only 3 people; Who administers only basic education and age over 56 years; Young people want to stay in agriculture; Do not discuss inheritance issues; The income is considered satisfactory; Access to the media is great and the location of the property is considered good.

Keywords: Family Agriculture. Succession. Youth.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa a maior parcela dos estabelecimentos rurais dos municípios do oeste catarinense, segundo Mello e Schmidt (2003, p. 01) “até hoje, a economia regional gira em torno da agropecuária, cuja principal base é, justamente, a agricultura familiar com produção diversificada.”.

O desenvolvimento econômico da mesorregião Oeste de Santa Catarina esteve, desde seu início, diretamente relacionado com atividades do setor primário. A existência de terras em abundância, relativamente baratas e com fertilidade natural facilitaram a colonização baseada em unidades familiares. Dessa forma, o modelo de estrutura agrária de minifúndios aliado a agricultura baseada em pequenas unidades familiares aparece como característica peculiar da região. (SILVESTRO, 1995)

Na região da Agencia de Desenvolvimento Regional de Palmitos (ADR de Palmitos) que é formada pelos municípios de Águas de Chapecó, São Carlos, Palmitos, Caibi, Riqueza, Mondai, Cunhataí e Cunha Porã, a agricultura familiar tem um papel fundamental no desenvolvimento destes municípios e conseqüentemente da região como um todo. Segundo dados da FECAM no ano de 2014 o valor adicionado, que se refere ao valor que é agregado aos bens e serviços consumidos em seu processo produtivo, do setor agropecuário foi de R\$ 964.213.480,23, do setor de serviços R\$ 236.424.299,05 e do setor industrial de R\$ 152.731.345,00, o setor agropecuário representou 71,24 % do total do valor adicionado do período.

O setor agropecuário tem grande importância sobre a sociedade regional, tudo que afetar este setor afetará de alguma forma a sociedade geral. A não permanência dos jovens no meio rural tem se tornado uma realidade na região, é necessário entender as dinâmicas desse processo para propor políticas públicas e ações que possam auxiliar na resolução das dificuldades do setor.

Enquanto nas décadas de 80, 90 e 2000 o grande paradigma era saber quais dos filhos herdariam a propriedade paterna hoje o paradigma é outro, neste sentido se questiona se haverá filhos interessados em continuar a atividade rural desenvolvida pela família?

Para Abramovay et al (2013) “A saída de jovens filhos de agricultores do meio rural em direção às cidades vem se intensificando nos últimos anos.” É necessário além de constatar o que vem ocorrendo buscar entender as razões deste processo, pois aqueles que desejam permanecer estão encontrando dificuldades no meio rural.

Deste modo o estudo tem como objetivo geral analisar a juventude rural e a sucessão familiar no oeste catarinense. Para atingir o objetivo geral os seguintes objetivos específicos serão buscados: a) realizar um breve histórico da agricultura familiar e seus processos sucessórios ao longo do tempo na região oeste catarinense; b) identificar, segundo os estudos realizados, como ocorre a sucessão familiar nos dias atuais; c) analisar as implicações dos processos sucessórios; d) apontar possíveis políticas públicas necessárias à manutenção da agricultura familiar.

Justifica-se a escolha do tema como objeto de pesquisa para conclusão da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, oferecido pela Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos e ministrado pela FAI Faculdades de Itapiranga, por sua relevância em permitir, através do conhecimento da realidade local estabelecer políticas públicas para atender as demandas do meio rural. Entender as dinâmicas da sucessão familiar rural possibilitará propor políticas públicas para minimizar o êxodo rural de jovens.

Os dados para pesquisa foram obtidos em publicações científicas, bem como a pesquisa de campo, entendendo-se que as dinâmicas da agricultura familiar. A partir das conclusões obtidas na grande região oeste será possível fazer ligações e análises para os municípios que compõe a 29^o Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos (29^o ADR de Palmitos).

O presente artigo está organizado da seguinte forma. Esta seção de caráter introdutório é seguida do embasamento teórico para a pesquisa, na sequência estão os procedimentos metodológicos utilizados para responder os objetivos propostos. Por fim, apresenta-se a análise dos resultados e as considerações finais com a síntese do artigo sendo apresentada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho busca embasamento teórico em estudos realizados sobre agricultura familiar Brasileira, catarinense e da região Oeste Catarinense, com um recorte

específico na 29ª ADR de Palmitos, buscando subsídios para melhor entendimento das questões relacionadas à sucessão familiar, conflitos, dificuldades e oportunidades para os jovens rurais. Traz um referencial teórico sobre juventude rural e fatores limitantes para a permanência do jovem no campo.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

A Agricultura familiar desempenha papel fundamental no desenvolvimento do país e na garantia da segurança alimentar dos brasileiros. Mas o que é agricultura familiar, como ela é conceituada? Quais suas principais características? Para Marques e Noronha (1998, p. 20) ela tem três características principais, sendo: A gestão e os investimentos são realizados por indivíduos que possuem laços de sangue entre si; o trabalho é realizado pelos membros da família e, a propriedade e seus meios de produção pertencem à família sendo os mesmos transferidos de geração para geração.

Por outro lado, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, em função de ser seu local de trabalho, moradia, relações e convívios sociais, diferente da agricultura empresarial a agricultura familiar não separa a gestão do empreendimento das questões específicas da família. Ambas se apoiam e se completam. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

A Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. A Lei indica, em seu Art. 3º, que o agricultor familiar: Não detenha área maior do que 4 módulos fiscais, critério que varia conforme região, na grande maioria dos municípios da região o módulo rural é de 20 ha; utilize mão-de-obra de forma predominante da própria família nas atividades desenvolvidas em sua propriedade; tenha renda familiar principalmente proveniente das atividades exercidas na propriedade; gere, com ajuda de sua família, as atividades econômicas da propriedade.

As principais características para definição da agricultura familiar é a posse da terra, o uso desta, sua gestão e a transferência para os sucessores da posse e gestão.

Segundo dados do IBGE (2006) referente ao Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos no Brasil, sendo que a metade deles está na Região Nordeste. De acordo com o estudo, ela constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto

nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Ainda segundo o Censo, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros. (MDA, 2016).

A agricultura familiar é estratégica para o país, garante à segurança alimentar e o enfrentamento da fome, a preservação do meio ambiente, melhores condições de vida, valorização da cultura, promovendo maior impacto no desenvolvimento da economia local.

Para Abramovay (1999, p. 02) o “desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado. Mas na elaboração das políticas capazes de promovê-lo.”.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE

Santa Catarina é um dos estados com maior número de agricultores familiares do país. A Agricultura familiar detêm 168,5 mil estabelecimentos agropecuários de todo o estado, o que corresponde a 87% do total. A produção dos agricultores familiares ocupa 2,6 milhões de hectares, que representam 44% do total da zona rural catarinense. IBGE (2006)

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, Santa Catarina era o quinto produtor nacional de leite, sendo que 87% da produção oriunda de agricultores familiares. Um levantamento feito pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (CEPA/EPAGRI) mostra que o avanço da atividade leiteira no estado foi de 191% entre 2000 e 2013. Segundo a revista MilkPoint em sua publicação no dia 24 de março de 2017 “O Estado de Santa Catarina superou Goiás e se tornou o 4º maior produtor de leite industrializado do país”.

A agricultura familiar catarinense contribui significativamente para o desenvolvimento social e econômico do Estado, todos os indicadores apontam para um modelo que serve de exemplo para vários Estados brasileiros, pois o uso das tecnologias pode subsidiar o desenvolvimento. A região oeste catarinense se caracteriza pela presença predominante da agricultura familiar, esta característica advém do processo de colonização da região que se deu através de imigrantes alemães e italianos, na sua maioria, provenientes do Rio grande do Sul.

A região é formada por 98 municípios, com uma área de 27.288,763 km² e uma população de 1.200.230 de habitantes (IBGE, 2007). “apesar de sua colonização recente, se comparada à de outras regiões do país, a região detém atualmente o maior complexo agroindustrial de suínos e aves do Brasil.” Testa et al (1996, p. 39).

A tabela 01 apresenta os dados da população da 29ª ADR de Palmitos, os dados foram extraídos do Censo 2010 realizado pelo IBGE.

Tabela 01 - População da 29ª Agência de Desenvolvimento Rural de Palmitos.

Município	População Total	População Urbana	População Rural	Jovens 15 a 29 anos
Águas de Chapecó	6110	3236	2874	1575
Caíbi	6219	3578	2641	1492
Cunha Porã	10613	6519	4094	2645
Cunhataí	1882	569	1313	440
Mondaí	10231	6305	3926	2789
Palmitos	16020	9871	6149	3740
Riqueza	4838	2154	2684	1127
São Carlos	10291	6902	3389	2609
Total	66.204	39.134	27.070	16.417

Fonte: Dados da pesquisa, adaptado do IBGE (2010)

Na Tabela 01 observa-se que nos municípios da 29ª ADR de Palmitos a população é de 66.204 habitantes (IBGE 2010), destes 27.070 habitantes vivem no meio rural, o que corresponde a 40,88% da população total, conforme dados do total da população residente em 2010, 16.417 habitantes considerados jovens, isto é, na faixa etária de 15 a 29 anos, correspondendo a 24,79% da população total, esses dados demonstram a importância do setor agropecuário para a região. Em Santa Catarina 84% da população reside em áreas urbanas, e 16% em áreas rurais, dados que reforçam a importância da agricultura na região.

A Tabela 2 detalha as informações sobre os municípios.

Tabela 02 – Número e área dos estabelecimentos rurais dos Municípios da 29ª ADR Palmitos

Município	Área total do Município km ²	Estab. Agrop. (un)	Área total estabel. (ha)	Área Média (ha)
Águas de Chapecó	139,832	822	11485	13,97
Caíbi	174,349	759	14731	19,41
Cunha Porã	217,915	1111	18742	16,87
Cunhataí	55,768	402	5507	13,70
Mondaí	202,145	1077	15930	14,79
Palmitos	352,504	2148	30676	14,28
Riqueza	191,907	872	14473	16,60
São Carlos	161,292	1043	21552	20,66
Total	1495,712	8234	133.096	16,29

Fonte: Dados da pesquisa, adaptado do IBGE (2010)

A Tabela 02 apresenta a área total dos municípios, bem como os estabelecimentos rurais, área média dos estabelecimentos agropecuários pertencentes aos municípios.

Conforme dados apresentados na Tabela 02 a região possui 8.234 estabelecimentos agropecuários com área total dos estabelecimentos de 133.096 hectares, com destaque para o município de Cunhataí que possui o menor número de estabelecimentos totalizando 402 para 5.507 hectares de área total dos estabelecimentos, e o município de Palmitos com o maior número de estabelecimentos agropecuários 2.148 para 30.676 hectares. A área média dos estabelecimentos da região é de 16,29 hectares o que segundo o critério área de terras colocaria as mesmas no conceito de agricultura familiar, segundo o que consta na Lei Federal 11.326 de 2006.

A agricultura familiar no oeste catarinense desempenha importante papel na geração de riquezas, trabalho, na manutenção cultural e no dinamismo da região. Para Abramovay (1999, p.02) “As funções positivas que o meio rural pode desempenhar para a sociedade brasileira fundamentam-se, primeiramente, no processo - tímido, mas real - de descentralização do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades médias.”

2.2 SUCESSÃO FAMILIAR, CONFLITOS, DIFICULDADES E OPORTUNIDADES.

Assim como as famílias urbanas o tamanho das famílias rurais diminuiu nos últimos anos, levantando uma grande questão, haverá sucessores? Enquanto no passado o grande dilema era quais dos filhos herdaria a propriedade paterna, hoje é haverá filhos dispostos a dar continuidade as atividades agropecuárias desenvolvidas pela família.

As pesquisas realizadas por Silvestro et al. (2001) e Mello et al. (2003) têm destacado a existência de estabelecimentos sem a presença de sucessor, o que pode evidenciar dificuldades na reprodução social e econômica de muitas unidades familiares. Silvestro et al. (2001), por exemplo, constataram que em mais de 12% das unidades familiares (em torno de 10 mil) do Oeste de Santa Catarina, cujos pais já ultrapassaram a idade de 40 anos, não há a presença de filhos(as), o que significa que são estabelecimentos que apresentam fortes ameaças de não terem sucessores. Em uma grande parcela das propriedades o processo sucessório não ocorrerá pela ausência de sucessores, interrompendo a reprodução social e econômica destas propriedades sendo necessário à elaboração de novas estratégias.

Segundo Abramovay et al. (1998), o processo sucessório na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina até o final dos anos 1960, em geral centrava-se no minirato, ou seja,

na transferência da propriedade paterna para o filho mais novo. Enquanto todos os membros da família trabalhavam para garantir a aquisição de terras para que todos os filhos ficassem “colocados” na agricultura.

Para Silvestro et al. (2001, p. 27) desde muito cedo os filhos e filhas dos agricultores se integram ao processo de trabalho, “aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento.” Tornando-se aptos naturalmente para seguimento das atividades agropecuárias, entretanto isso não significa necessariamente que a sucessão irá acontecer, no passado permanecer na atividade agropecuária era quase uma obrigação dos filhos, na atualidade passou a ser mais uma opção.

Para Mello (2006, p. 04) “A ampliação do espaço social e econômico do meio rural do Oeste de Santa Catarina, que passa a acontecer com maior intensidade a partir de meados dos anos 1970, traz em seu bojo importantes transformações globais.” Dentre as principais mudanças destacadas está à subordinação crescente ao mercado de produtos agrícolas, a escola e seu sistema de ensino, a visão do camponês sobre o mundo real se amplia pela diluição das fronteiras rural-urbano, possibilitando comparações entre os dois mundos. A diluição das fronteiras entre o rural e o urbano unifica o modo de vida, fazendo desaparecer os valores camponeses, como o modo de vestir, de falar e se comportar, o rural é visto como atrasado, em contraponto a cidade é vista como desenvolvida tornando-se um atrativo para a juventude.

Com o fechamento das fronteiras agrícolas ocorrido nas décadas de 90 e com maior intensidade na década de 2000 ocorreu um encarecimento das terras, ficando mais difícil a aquisição de terras para a instalação dos filhos mais velhos. Nestas décadas de 90 e 2000 acontece uma inversão na sucessão familiar, enquanto anteriormente o sucessor natural era o filho mais novo, passa agora nestas décadas a ser qualquer filho, geralmente aquele que teve menos acesso a educação e, portanto maior dificuldade de inserção no trabalho urbano.

Para alguns estudiosos do assunto como Ferrari et al (2004) a baixa remuneração da agricultura na década de 2000 funcionou como uma força de expulsão e fator de esvaziamento do meio rural. Entretanto para Mello a posse de uma propriedade rural permite a família viver ou pelo menos sobreviver, diferenciando, portanto da condição do assalariado.

Para Mello (2006) dois fatores podem ajudar a esclarecer a não opção dos filhos de agricultores de permanecer na propriedade e fazer dela seu meio de vida, quais sejam: “O papel que historicamente foi reservado para a mulher na unidade familiar e que hoje as moças

já não se sujeitam mais a desempenhar,” resultando em forte migração das jovens ocasionado e celibato rural e “a influência da escola e de sua dominação simbólica.”

O primeiro fator é o de que historicamente na agricultura familiar a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, a exclusão das mulheres do processo sucessório demonstra que o trabalho realizado pelas moças não é reconhecido como serviço prestado na terra, o trabalho realizado pelas moças era considerado apenas uma ajuda. Pesquisas de Abramovay et al., (1998); Silvestro et al., (2001); Mello et al., (2003), não encontraram nenhum caso em que a moça tenha sido escolhida sucessora ou que então dirigisse, de fato, a propriedade paterna. Em pesquisa realizada no oeste catarinense Silvestro et al. (2001) constatou-se que “as moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes”. Para Abramovay et al. (1998), as relações sociais desiguais e excludentes presentes no interior da agricultura familiar pode ser considerada como um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo.

Segundo Mello (2006) acredita-se que seja ainda muito recente o desequilíbrio de gênero, na proporção verificada atualmente, na população rural jovem do Oeste de Santa Catarina. Portanto, os efeitos do fenômeno do celibato masculino, que resultam desse desequilíbrio, ainda não expressam na sua plenitude.

O segundo fator que poderia explicar a saída dos jovens do meio rural está diretamente relacionado a influência da escola e de sua dominação simbólica. O exercício da profissão de agricultor, no passado, não estava associado ao estudo, geralmente as crianças frequentavam a escola até aprenderem a ler, escrever e fazer “contas”, o ofício de agricultor era aprendido no dia a dia das atividades, isto era considerado suficiente para o desempenho das atividades agropecuárias.

Até o final dos anos 80, no meio rural do oeste de Santa Catarina, o ensino fundamental acontecia nas escolas localizadas no meio rural, a partir desta época ocorreu o processo denominado “nucleação do ensino”, ocorreu a desativação das escolas rurais e os alunos foram deslocados via transporte escolar para uma escola centralizada, geralmente localizada na cidade. Esta medida ocorreu justificada na necessidade de diminuir custos e melhorar o sistema de ensino.

A escola frequentada pelos filhos de agricultores, segundo Mello , não valoriza nem considera a diversidade, de forma sublimar ou mesmo objetiva valoriza o meio urbano em detrimento do meio rural. A nucleação do ensino contribuiu para a negação do meio rural por parte dos jovens, que receberam uma educação escolar onde os saberes familiares e os

espaços rurais foram tratados como atrasados, onde o jovem então passou a negar a identidade de agricultor.

A grande migração da população rural ocorrida nas décadas de 90 e em especial a de 2000 foi ocasionada por uma crise econômica e social, gerando como consequência o empobrecimento da população rural, o despovoamento de muitas localidades e o envelhecimento da população rural. As terras não foram apropriadas pelos que ficaram e sim adquiridas por empresários e profissionais liberais urbanos que a utilizam, em geral, para atividades de baixa geração de renda e trabalho como reflorestamento e pecuária extensiva de corte.

2.3 JUVENTUDE RURAL E FATORES LIMITANTES PARA A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO

No Brasil o IBGE classifica como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Para fins de Políticas Públicas, são consideradas jovens, as pessoas entre 15 e 29 anos.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a juventude é uma fase que vai dos 12 aos 18 anos. De modo geral, pela necessidade de se delimitar a fase juvenil para fins de enquadramento de políticas públicas ou estatísticas, tem-se estabelecido a faixa etária de 15 a 29 anos.

Para o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), são considerados jovens todos os indivíduos que estão na faixa etária entre os 15 e os 29 anos, sem importar sua raça, classe social nem credo religioso. De acordo com o Plano Nacional de Juventude, “podem ser considerados jovens os *adolescentes-jovens*. (cidadãos e cidadãs com idade entre os 15 e 17 anos), os *jovens-jovens* (com idade entre os 18 e 24 anos) e os *jovens-adultos* (cidadãos e cidadãs que se encontram na faixa-etária dos 25 aos 29 anos)”. (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2006, p. 5).

A sucessão na agricultura familiar tende a ser endógena, com pelo menos um filho sucedendo o pai na administração da unidade produtiva. A reprodução social da agricultura familiar é posta em risco, uma vez que, por diferentes razões, os jovens e, principalmente, as mulheres passam cada vez mais a construir projetos profissionais que indicam ruptura com a agricultura.

Conforme Puntel et al (2011, p. 17) relatam em pesquisa realizada com mais de 200 jovens da Região do Rio Pardo RS, onde constataram também que um dos problemas da questão sucessória na Agricultura Familiar, que acontece quando a formação de uma nova

geração de agricultores perde a naturalidade e os traços culturais trazidos de seus antepassados, esbarrando no dilema de escolha e opção sob os novos padrões da vida no campo. E assim, pela insuficiência dos ganhos para manterem seu padrão de consumo, cada vez mais optam por ocupação em atividades assalariadas, geralmente nas cidades, o que fortalece a tendência de termos um rural cada vez mais esvaziado e envelhecido.

Evidencia-se que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural nos últimos anos (2000-2010), sendo que 1 milhão da população que emigra estão situados em outros grupos etários (crianças, adultos e idosos) e cerca de 1 milhão são pessoas em idade considerada jovem, isto é, metade da emigração do campo para a cidade é do grupo social etário considerado jovem. (BARCELLOS, S. B. , p. 1)

Segundo estudos realizados pelo IPEA (2009) e publicadas em Política Nacional para a Juventude, para a compreensão da juventude rural, dois temas são recorrentes: a tendência migratória dos jovens, em grande parte justificada por uma percepção relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração.

Entre os motivos indicados para a migração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente as oportunidades de trabalho remunerado – fatores de atração –, e, de outro, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola – fatores de expulsão. Mas também atuam como fatores de retenção a segurança, em termos de moradia e alimentação, além de perspectivas e projetos de desenvolvimento da unidade de produção, com possibilidades de acesso a melhores níveis de renda e qualidade de vida.

Comparar as dificuldades da vida rural com as facilidades da vida urbana é um exercício fácil, mas nem sempre verdadeiro. A comparação entre o modo de vida urbano e o rural, frequentemente, influi os jovens a considerar a agricultura mais negativa que positiva. Entre os aspectos negativos indicados pelos jovens, destacam-se a ausência de férias, fins de semana livres e horários regulares de trabalho. Ademais, a atividade agrícola é considerada árdua, penosa e difícil, submete os trabalhadores ao calor, ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis, e mais, os rendimentos são baixos, irregulares e aleatórios. Por sua vez, um aspecto positivo do trabalho como agricultor familiar, sempre assinalado em diferentes estudos e pesquisas sobre a agricultura familiar, está na relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão.

A busca de empregos remunerados pelos jovens do meio rural tem sido a resposta a situações de exclusão da herança da terra, em que não é mais possível a subdivisão da propriedade. Outro aspecto registrado pelas pesquisas do IPEA (2009), Política Nacional Para a Juventude, sobre os jovens rurais é a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, o que causa uma relativa masculinização do campo.

A existência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo.

De um modo geral, o fluxo demográfico do campo para a cidade ocorre em razão de fatores externos e internos à família camponesa, que estão entre si correlacionados. Como fatores externos, podem-se destacar questões culturais como a glamorização da cidade e a desvalorização do ambiente rural.

A educação formal oferecida pelo Estado, além de ser frequentemente precária, está moldada sob uma visão urbana, com conteúdos e métodos de ensino não adequados ao ambiente de vida rural.

Outro fator externo é a questão do acesso à terra. O ambiente atual da agricultura familiar caracteriza-se pela impossibilidade de divisão da propriedade familiar e dificuldade de aquisição de novas terras em virtude da estrutura fundiária extremamente concentrada. A falta de terra reduz as possibilidades de desenvolvimento de atividades agrícolas pelos jovens e, por sua vez, diminui o escopo de opções de trabalho no campo.

Internamente à família rural, o principal fator é a divisão social do trabalho, em que predomina a subalternidade da mulher no desenvolvimento das atividades econômicas. Como resultado, o contingente feminino que migra para as cidades é maior que o masculino.

O movimento migratório ou de permanência do jovem no campo não se explica em si mesmo, mas dentro do respectivo contexto sociocultural, econômico e político. Ao referir-se à permanência ou saída do jovem do meio rural, Castro (2007, apud SANTOS 2009, p. 07) adverte que a compreensão dessa questão vai muito além da simples atração pela cidade. Faz-se necessário estabelecer relação com questões como a política de reforma agrária, os programas e ações governamentais que visam a melhoria do homem no campo, além das políticas públicas específicas para o segmento juvenil rural.

3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos definem e justificam os métodos utilizados Marconi e Lakatos (2010, p. 163), “os métodos e as técnicas a serem utilizados na pesquisa científica

podem ser selecionados desde a proposição do problema, da formulação da hipótese e da delimitação do universo ou da amostra.”

A pesquisa é teórica-empírica quanto a natureza, pois “dedica ao tratamento da face empírica e factual da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico factual.” (DEMO, 2000, p. 21)

Quanto à abordagem do problema a pesquisa se classifica como qualitativa. Para Diehl e Tatim (2004, p. 52) a pesquisa qualitativa descreve sobre a “complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis [...] contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar em nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.”

Quanto aos objetivos classifica-se como exploratória, que segundo Raupp et al (2003, p. 80) “busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torna-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.”

Os procedimentos utilizados constam de revisão bibliográfica que segundo Gil (2007, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Ainda, para dar maior clareza acerca do tema, buscou-se o embasamento teórico em pesquisas já realizadas possibilitando comparar os demais estudos com os dados da pesquisa de campo em 7 municípios pertencentes a 29º ADR de Palmitos.

População da pesquisa é constituída por artigos e publicações realizadas sobre os temas: Juventude rural, sucessão familiar, agricultura familiar e desenvolvimento regional, e as 8.234 (IBGE, 2010) propriedades da agricultura familiar da 29º ADR de Palmitos, tendo como amostra 36 propriedades rurais pertencentes a 7 dos 8 municípios da região, sendo a amostragem do tipo intencional e não probabilística, fazendo parte da amostra somente propriedades da agricultura familiar com jovens em sua composição familiar.

A pesquisa foi realizada na forma de entrevista estruturada com aplicação de questionário contendo 10 perguntas fechadas de múltipla escolha. A pesquisa não tem como objetivo definir uma representatividade estatística do total de estabelecimentos agrícolas existentes na região, mas corroborar com os dados obtidos da revisão bibliográfica realizada.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para compreender as dinâmicas que atuam sobre a sucessão familiar e a juventude rural buscou-se o resultado de diversas pesquisas realizadas durante a última década e meia, dos anos 2000 para cá nos mais diversos locais do País.

As publicações foram escolhidas por conterem pesquisas sobre juventude rural e sucessão na agricultura familiar, são apresentadas de forma reduzida contendo os objetivos que a pesquisa se propôs e os resultados alcançados.

Conscientes da infinidade de pesquisas sobre o tema disponíveis, busca-se compreender os principais autores com destaque para Silvestro et al. (2001), Ferrari et al. (2004), Abramovay (2005), Mello (2006), Spanevello (2008), Sturmer (2008), Santos (2009), Weishimer (2009) e Puntel, Paiva e Ramos, (2011). Porém não nos cabe esgotar todas as possibilidades de publicações disponíveis e sim verificar se há possibilidade de comparações entre os resultados obtidos.

Segundo Silvestro et al. (2001), o objetivo do seu estudo visou compreender quanto a formação de uma nova geração de agricultores. Com base num questionário fechado respondido por pais, filhos e filhas de 116 unidades representativas da agricultura familiar do oeste catarinense.

Os principais resultados sobre as opções profissionais dos jovens entre ficar na propriedade ou sair, estão ligadas fortemente a dois fatores básicos: por um lado, à formação educacional dos próprios jovens que os leva a conhecer outras realidades e por outro lado, o nível de renda das famílias condiciona o jovem em ficar ou sair. Para Silvestro et al. (2001) o estudo demonstra um fortíssimo viés de gênero nos processos sucessórios, bem como o nível de escolaridade maior das moças. Os autores ainda reforçam que, com o esvaziamento rural não se perde apenas o jovem, mas também a perdas culturais, perdas de capital humano, jovens agricultores se formam no seio da família.

Outros resultados demonstram que é necessário o estabelecimento de políticas fundiárias que conciliem a demanda dos jovens por terra com a oferta das propriedades que não terão sucessores. A oportunidade de renda ligada diretamente a *commodities* como suínos, aves, leite, milho e feijão, que remunera pouco quando em baixa escala. Ainda, o estudo revela que há necessidade de facilitar o acesso à terra, ao crédito e aos mercados. Mudança do ambiente educacional existente no campo ou para o campo. (SILVESTRO et al., (2001)

Outro estudo realizado por Ferrari et al. (2004), propôs discutir às aspirações e expectativas de jovens filhos de agricultores quanto ao seu futuro profissional. As diferentes estratégias familiares adotadas, aos conflitos que surgem quando da individualização das trajetórias de realização profissional, bem como aos diferentes determinantes que interferem nesse processo interferem na decisão dos jovens, no dilema entre sair ou ficar na propriedade, além da questão relacionada ao viés de gênero, que tende a acompanhar o processo

sucessório. Resultado de duas pesquisas uma realizado em 1997 com 55 famílias e outra no ano de 2000 com 116 famílias de 10 municípios do Oeste Catarinense.

Como resultados obtidos o estudo de Ferrari et al. (2004) demonstra que dos jovens entrevistados 70% desejam permanecer na agricultura. Resposta também varia conforme faixa etária, entre os mais jovens este desejo não está presente na mesma intensidade. Existe relação entre sucessão hereditária e nível educacional. Nas propriedades mais capitalizadas os jovens tem uma preocupação maior quanto ao momento da transferência do controle administrativo das mesmas. Ainda, o baixo interesse das moças em permanecer na agricultura, esse desinteresse aumenta nas famílias mais pobres.

A pesquisa verificou que na maioria das propriedades ocorre a participação dos jovens na tomada de decisões. Ainda, ficam na propriedade os filhos que menos estudaram, ou seja, mandar os filhos estudar significava incentivar sua saída da agricultura. (FERRARI et al., 2004)

Segundo o estudo, o modelo educacional tradicional colabora para o afastamento do jovem do meio rural o que resulta na diminuição da influência dos pais na escolha ocupacional dos filhos. Outro resultado que afasta os jovens do meio rural é a rejeição dos pais quanto ao assalariamento no meio rural, a baixa participação dos jovens nos rendimentos da família, necessitando pedir dinheiro aos pais. Poucas opções de participação social dos jovens se restringindo a Igreja e Grupo de Jovens, entre os mais pobres essa participação social é ainda menor.

Por fim, o estudo demonstra que os jovens rurais já não identificam na profissão de agricultor a escolha natural para realizar seus projetos de vida, como acontecia há algum tempo. (FERRARI et al., 2004)

Já o estudo de Abramovay (2005), objetivou conhecer o olhar da juventude rural em relação as oportunidades. A oposição do autor ao termo “fixar o homem no campo” e ao dito que não há melhor lugar para o jovem rural que a agricultura, revela a visão destes, de que a juventude é sinônima de mudança, inovação, seu destino não deve ser traçado como fatalidade. Futuros agricultores cada vez mais pluriativos, renda da agricultura e de outras atividades. Preparar o jovem para esses desafios.

O meio rural é muito maior do que a agricultura, por isso caber a revalorização do meio rural por outras perspectivas como a biodiversidade e as relações interpessoais. Oferecer uma educação de qualidade, para viabilizar projetos inovadores e tornar o meio rural não uma fatalidade, mas um meio de vida é uma possibilidade e oportunidade para os jovens que não queiram permanecer na agricultura fiquem na região, incentivando-os no empreendedorismo.

Dificuldades dos jovens em conseguir conciliar a longa jornada de trabalho na agricultura com o tempo destinado aos estudos. A escola é vista como fator de valorização social. (ABRAMOVAY, 2005)

O estudo segundo Abramovay (2005) ainda descreve o baixo acesso a atividades de lazer contribui para que os jovens saiam do meio rural, ainda, o estudo revelam que projetos profissionais de permanência na Agricultura predominam entre os jovens homens. A maior parte das jovens mulheres afirmam que não pretende casar com agricultor, nem residir no meio rural, o que deixa uma lacuna a ser investigada.

Mello (2006) realizou o estudo cujo objetivo consistiu em analisar as transformações no processo sucessório; o surgimento do fenômeno do celibato masculino no meio rural que é provocado devido a forte migração feminina, bem como, a influência da escola e a “violência simbólica” que ela representa na transformação da identidade da agricultura familiar.

Os resultados, segundo Mello (2006), dependem do porte econômico do estabelecimento, o que pode definir ou não a presença de um sucessor. Os jovens já não identificam mais o ofício de agricultor como a escolha “natural” para realizar seus projetos de vida, como acontecia há algum tempo.

Outro aspecto é a migração feminina juvenil começa a criar um desequilíbrio de gênero na população rural, especialmente na faixa etária compreendida entre os 20 e 30 anos, originando o celibato rural. (MELLO, 2006)

O estudo aponta que o perfil dos sucessores pesquisados é caracterizado pelo baixo nível de escolaridade. Tanto as moças quanto os rapazes que estudam, ao que parece, preparam-se para uma oportunidade de trabalho urbano. O ponto crítico está relacionado a nucleação do ensino talvez represente uma das causas para a perda da identidade camponesa. (MELLO, 2006)

Stürmer (2008) procurou compreender as implicações sócio espaciais advindas da modernização agrícola, analisando as estratégias de reprodução familiar e as perspectivas para os jovens continuarem no meio rural do município de Barra Bonita, oeste de Santa Catarina, no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Para Stürmer (2008) os resultados demonstram que os jovens são os mais insatisfeitos com as condições socioeconômicas, pois morando com a família não possuem renda, e não participam das tomadas de decisões familiares. É em busca de liberdade e independência financeira que muitos jovens migram.

Constatou-se que em propriedades onde há investimentos para geração de renda, os jovens se sentem estimulados a continuar trabalhando na agricultura. Onde as condições

socioeconômicas não são favoráveis os jovens são influenciados pelos pais a migrarem, pois não veem futuro para os filhos na agricultura. Apesar disso, caso houvesse mais oportunidades de trabalho, sua opção seria permanecer no lugar. (STÜRMER, 2008)

Já Spanevello (2008), buscou analisar o processo social da sucessão entre os agricultores familiares localizados nos Municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca no RS. O autor analisou dois grupos, com sucessores e sem sucessores.

O grupo com sucessores tem as melhores condições produtivas, econômicas e de estímulo à permanência dos jovens na agricultura. A transmissão do patrimônio é tardia e ocorre majoritariamente a um só filho e homem, os demais são compensados das mais diferentes formas. (SPANEVERELLO, 2008)

Com objetivo de identificar os traços distintivos da situação juvenil na agricultura familiar e explicar a construção de seus projetos profissionais, Weischeimer (2009), realizou entrevistas estruturadas com base em questionário padronizado junto a 681 jovens de 15 a 29 anos de ambos os sexos no estado do Rio Grande do Sul.

Os dados demonstraram que a baixa autonomia material e uma distribuição desigual de recursos entre os sexos e as idades contribuem para a saída dos jovens do meio rural. Os jovens apresentam elevada participação no trabalho, diferenciando a participação de tarefas administrativas, agrícolas e domésticas que são distribuídas de modo diferenciado por sexos e faixas de idade. Já, as jovens mulheres realizam as atividades menos valorizadas no trabalho; por consequência, ocupam as posições mais subalternas na hierarquia familiar. As mulheres principalmente as adolescentes não se identificam como agricultoras ou jovens agricultoras, mas como estudantes. WEISCHEIMER (2009)

Santos (2009) buscou analisar os elementos que contribuem para a escolha do jovem entre permanecer no campo ou sair do meio rural, um estudo do assentamento Flor do Mucuri, município de Divina Pastora, Sergipe.

Segundo os resultados, Santos (2009), constatou que há integração entre o rural e o urbano, e que não existem fronteiras entre os espaços rurais e urbanos e os jovens transitam entre ambos. O rural não é só um local onde se vive e mora, mas um local onde as relações de trabalho são desenvolvidas. A juventude rural não está isolada ela dialoga com o mundo globalizado na construção de sua identidade como trabalhador.

Por fim Puntel, Paiva e Ramos (2011), propôs uma análise da situação e das percepções dos jovens rurais no campo, a fim de identificar como uma proposta de educação de caráter informal (Pós-Médio) e voltada para o empreendedorismo pode contribuir para a melhoria das suas condições de vida, como a mesma os incentiva a optar pela realização de

seus projetos de vida no campo, pesquisa realizada com mais de 200 jovens rurais da Região do vale do Rio Pardo (RS).

O estudo de Puntel, Paiva e Ramos (2011), constatou-se que os maiores problemas para os jovens desenvolverem seus projetos de vida no campo são: a baixa remuneração, a ausência de área de terra suficiente para o trabalho e a dificuldade de acesso a créditos para desenvolverem novas atividades produtivas. Por outro lado os jovens que participaram do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural, tendo como base a pedagogia da alternância, apresentaram maior inserção social, mostraram maior consciência ambiental e maior grau de diversificação produtiva nas Unidades Familiares em relação aos jovens não participantes. Entretanto a diversificação mercantil continua sendo um desafio a ser mais bem trabalhado.

Gerações passadas espaço social mais restrito, gerações atuais relações sociais e culturais mais amplas, são alguns problemas que retardam ou implicam na sustentabilidade geracional no campo. Os jovens de agora querem a inserção na vida moderna, seguindo os parâmetros de comportamento e comparabilidade com os jovens urbanos e a integração através dos meios moderno de comunicação social. (PUNTEL, PAIVA E RAMOS, 2011)

Na Tabela 03 apresentam-se os fatores que influenciam a permanência dos jovens no meio rural segundo as pesquisas realizadas pelos 09 estudos citados neste capítulo dos autores: PUNTEL, PAIVA e RAMOS, (2011); SANTOS, (2009); WEISHEIMER, (2009); SPANEVELLO, (2008); STÜRMER, (2008); MELLO, (2006); ABRAMOVAY, (2005); FERRARI et al. (2004); SILVESTRO et al. (2001).

Tabela 3 – Fatores que influenciam na permanência dos jovens no meio rural

Fatores considerados	Número de ocorrência do total de 9
Renda	8
Educação rural, formação	7
Acesso a terra	4
Questões de gênero	5
Lazer e cultura	4
Participação nos processos decisórios	3
Acesso ao crédito	2
Penosidade do trabalho rural	2
Fatores de atração da cidade	2

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 demonstra de forma clara que o fator que mais determina a permanência ou não do jovem no meio rural é a renda, seguido da educação e acesso a terra, questões de

gênero precisam ser mais bem debatidas, a um grande afastamento das mulheres das atividades agrícolas reflexo das ações de repulsão destas do campo.

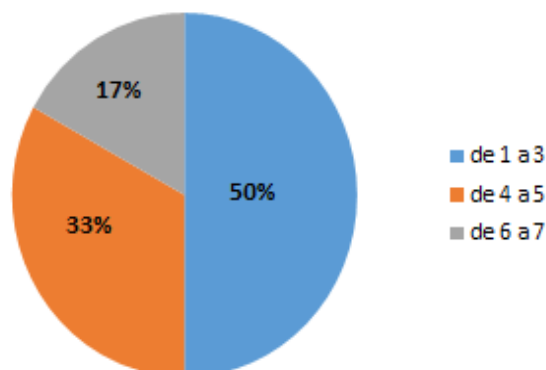
Os dados da pesquisa demonstram claramente onde é necessário realizar ações para que a agricultura familiar continue desempenhando seu importante papel, produção de alimentos que chegam diretamente à mesa do cidadão.

4.1 ANÁLISES DOS PROCESSOS SUCESSÓRIOS ATUAIS NA ECONOMIA REGIONAL;

Em pesquisa realizada na disciplina de Sucessão Rural, no curso de Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável, disponibilizado pela 29ª ADR de Palmitos e aplicada pela FAI Faculdades de Itapiranga, no ano de 2016 ministrada pelo professor Hervaldo Trebien, foram entrevistadas 36 famílias em 7 municípios que compõem a 29ª ADR de Palmitos, onde foram realizadas as seguintes perguntas: Número de membros na família; Idade de quem administra; escolaridade de quem administra; os jovens desejam permanecer na propriedade?; em que momento será feita a transferência do controle da propriedade?; Questões de herança são discutidos?; se ficar só um sucessor os demais herdeiros serão compensados financeiramente?; A renda auferida pelos membros da unidade familiar é considerada, ótima, boa, satisfatória ou insatisfatória; Quais os equipamentos e serviços estão presentes na propriedade, como opção telefone, televisão, televisão tela plana, computador/notebook, acesso a internet e por último a pergunta sobre a localização da propriedade se bem localizada ou mal localizada.

No Gráfico 1 são apresentados os resultados obtidos para a pergunta quanto ao número de membros que compõem a família.

Gráfico 1: Número de membros da família.

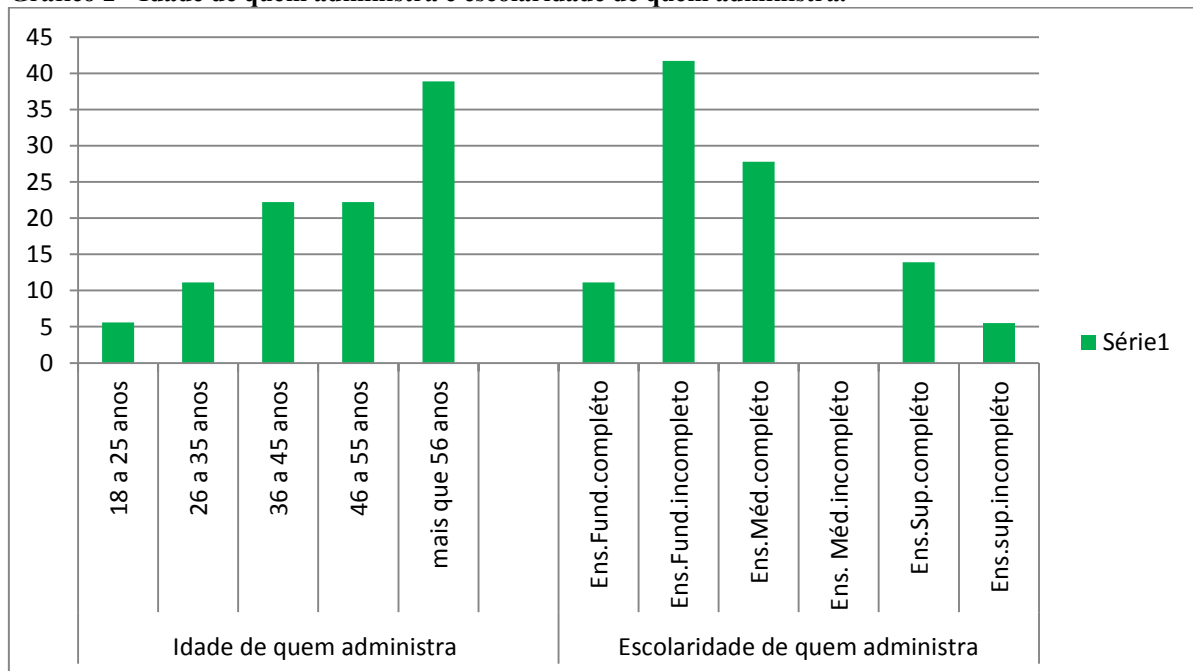


Fonte: Dados da pesquisa

Segundo apresentado no Gráfico 1, em 50% das famílias moram até 3 pessoas se considerarmos o casal mais um filho ou filha, como visto na revisão bibliográfica realizada, no passado a preocupação era de quem ficaria na propriedade paterna e faria a sucessão, atualmente na maioria das famílias rurais a pergunta é outra, haverá sucessor?

No Gráfico 2 as perguntas respondidas são em relação a idade e a escolaridade de quem administra a propriedade.

Gráfico 2 - Idade de quem administra e escolaridade de quem administra.

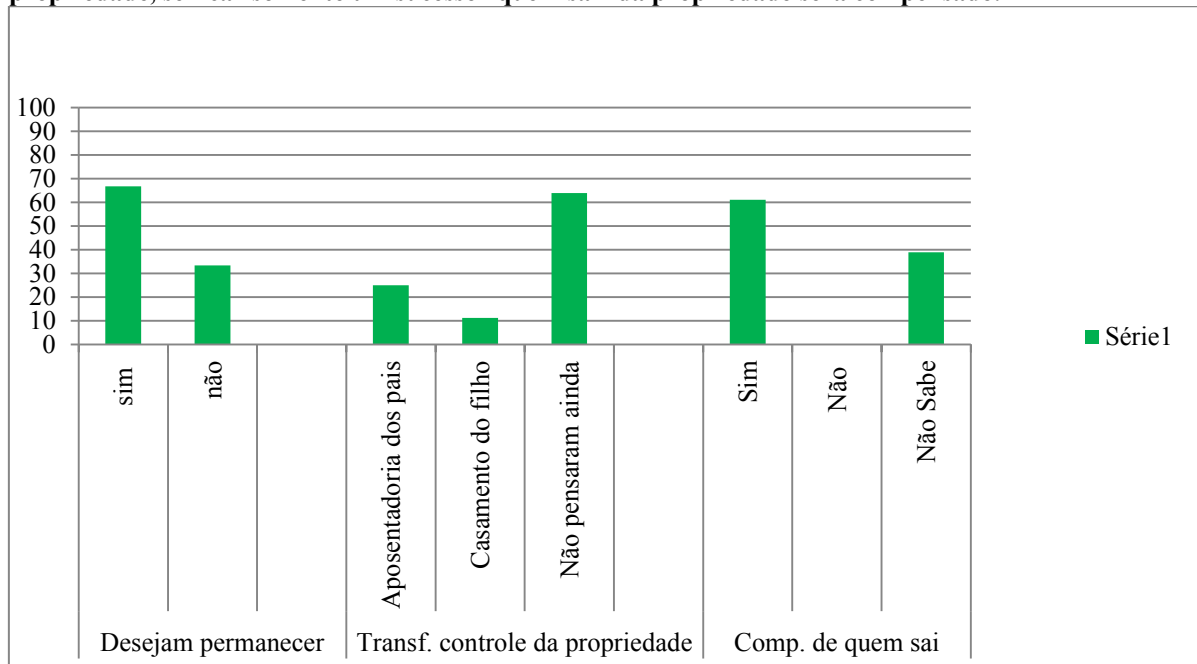


Fonte: Dados da Pesquisa

Em 61,1% dos estabelecimentos entrevistados a idade de quem administra está acima de 46 anos de idade, mostrando que na maioria das propriedades os jovens não estão inseridos na administração da propriedade. Em 52,8% das propriedades quem administra tem até o ensino fundamental, ressaltando o baixo acesso a escolarização das gerações passadas. Atualmente os jovens tem acesso maior a formação escolar, fato que não ocorria em passado recente, inclusive existia uma filosofia posta de que agricultor não precisava estudar, somente estudavam os filhos que não ficariam na propriedade.

O Gráfico 3 traz as respostas as perguntas sobre se os jovens desejam permanecer na propriedade, em que momento será feito a transferência do controle da propriedade e se ficar só um sucessor os demais herdeiros serão compensados financeiramente.

Gráfico 3 – Jovens desejam permanecer na propriedade, quando se dará a transferência do controle da propriedade, se ficar somente um sucessor quem sair da propriedade será compensado.

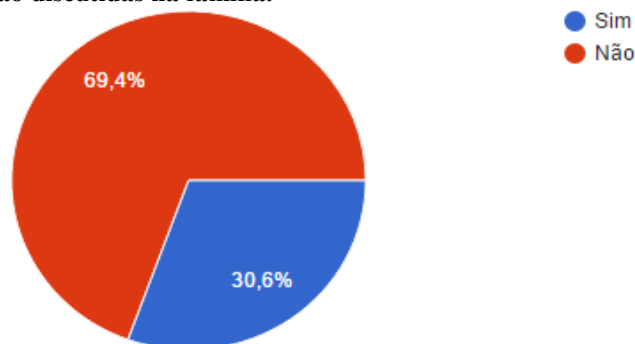


Fonte: Dados da pesquisa

Importante constatação da pesquisa em verificar que 66,7% dos jovens entrevistados tem desejo de permanecer na propriedade. Quanto a transferência do controle da propriedade parece ser algo não muito resolvido na agricultura familiar, mais de 60% das famílias ainda não pensaram no assunto, demonstra que estas questões não são muito discutidas e acaba por acontecer naturalmente com o passar dos anos pela própria dinâmica da agricultura familiar. A Compensação dos que saem da propriedade está clara para 61,1% das famílias, aparentemente todos desejam compensar os que saíram da propriedade apenas não sabendo se haverá meios para tanto.

O Gráfico 4 demonstra como as famílias tratam as questões de herança.

Gráfico 4 – Questões de herança são discutidas na família.

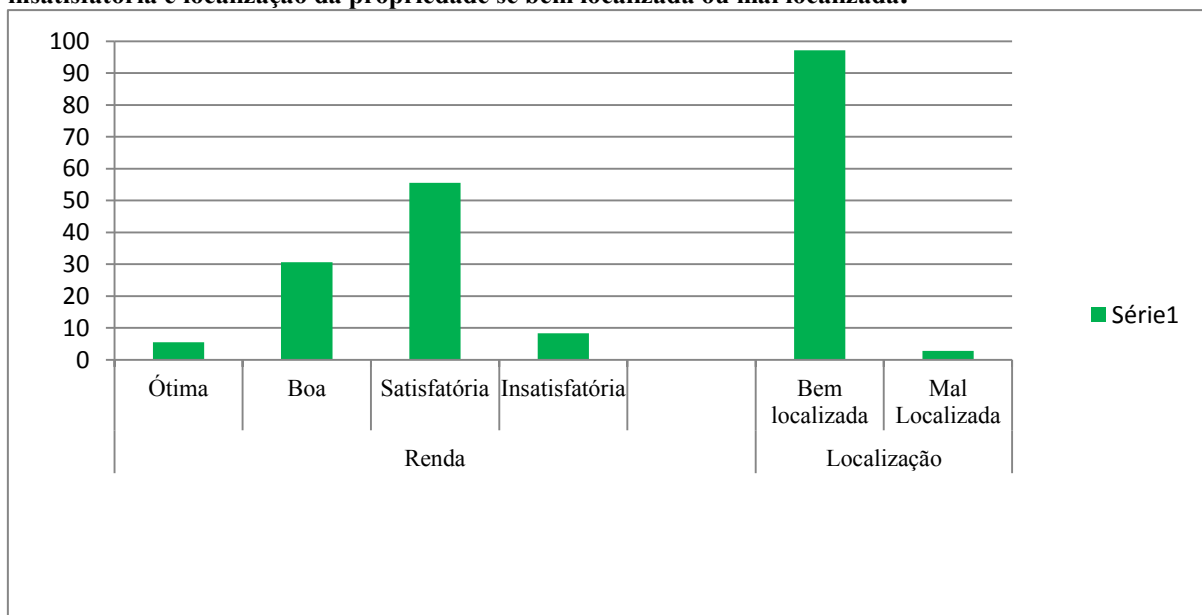


Fonte: Dados da pesquisa

A maioria das famílias não discutem as questões de herança, 69,4 % dos entrevistados relataram não ter conversado sobre o assunto. Essa situação acaba de alguma forma prejudicando a sucessão familiar, pois quem permanece na propriedade acaba investindo seu trabalho e também recursos financeiros e posteriormente poderá ter que dividir os investimentos e trabalho realizado com os irmãos e/ou irmãs que saíram.

O Gráfico 5 retrata a satisfação das famílias em relação a renda auferida pela propriedade e como veem a localização de sua propriedade rural.

Gráfico 5 - A renda auferida pelos membros da unidade familiar é considerada, ótima, boa, satisfatória ou insatisfatória e localização da propriedade se bem localizada ou mal localizada.



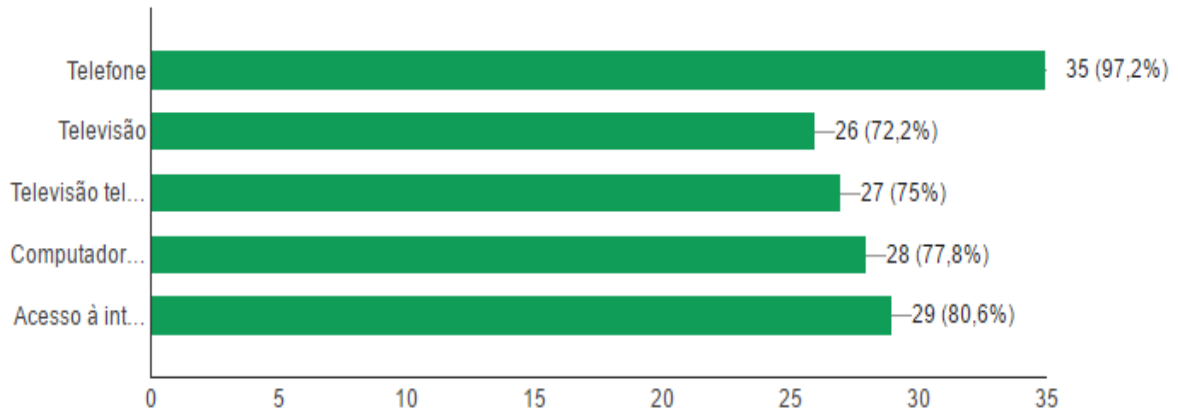
Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à renda a 91,7 % dos entrevistados consideram a renda da propriedade de satisfatória a ótima, apenas 8,3% consideram a renda insatisfatória o que corresponde a 3 famílias das 36 entrevistadas. Considerando, conforme revisão bibliográfica realizada, que a sucessão familiar é favorecida em propriedades com renda consolidada e fazendo relação com as respostas de 66,7 % que desejam permanecer na propriedade, podemos afirmar que esta pesquisa chega a resultados parecidos com os obtidos nas pesquisas relacionadas na revisão bibliográfica.

Quanto à localização da propriedade 97,2% consideram a localização da propriedade como bem localizada, vem ao encontro a esta resposta os esforços dos poderes públicos municipais em manter as condições de acesso em bom estado de conservação, tornando até locais mais distantes favoráveis ao desenvolvimento de atividades agropecuárias.

No Gráfico 6 são relacionados os equipamentos necessários para acesso aos meios de comunicação.

Gráfico 6 - Quais os equipamentos e serviços estão presentes na propriedade, como opção telefone, televisão, televisão tela plana, computador/notebook, acesso a internet



Fonte: Dados da pesquisa

As tecnologias disponíveis no meio urbano estão amplamente disponíveis no meio rural, das propriedades entrevistadas 80,6% possuem acesso à internet, considerando uma importante ferramenta para acesso a novas tecnologias disponíveis não só para o meio urbano, mas também e principalmente para o meio rural, hoje estão disponíveis previsões meteorológicas, por exemplo, que podem auxiliar no momento da semeadura, da aplicação de adubos, produtos para controle de pragas, doenças e plantas invasoras, aplicativos que permitem saber a interação entre produtos agroquímicos e suas implicações nas aplicações sobre as lavouras, sem contar na facilidade de comunicação com os fornecedores, assistência técnica, compradores, por exemplo. O mundo globalizado dentro das propriedades da agricultura familiar contribui para seu desenvolvimento social, cultural, econômico e social, favorecendo a sucessão familiar rural.

O universo da população pesquisada são os agricultores familiares dos municípios que compõe a 29ª Agencia de Desenvolvimento Regional, totalizando uma população rural de 27.070 pessoas em 8.234 estabelecimentos agropecuários, segundo dados da pesquisa, embora a amostra de 36 questionários possa parecer pequena a mesma representa a realidade da região quando se compara os resultados obtidos como os resultados das demais pesquisas realizadas sobre o mesmo tema na região e no país.

4.2 ANÁLISE E SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NECESSÁRIAS A MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Considerar o jovem como um indivíduo sujeito de sua história, talvez seja a primeira condição para que possam ser desenvolvidas políticas públicas que tragam respostas ao enfrentamento do êxodo de jovens do meio rural. Incluir o jovem para participar da construção de políticas públicas parece ser um aspecto bastante importante, pois como sujeito de sua história poderá contribuir efetivamente na solução dos problemas apresentados.

Atualmente existem políticas de crédito rural direcionadas para os jovens rurais, porém é necessário que as mesmas sejam maximizadas e que de fato sejam aplicadas em projetos que os jovens sejam percussores.

Como fatores limitantes a permanência dos jovens aparece o acesso à renda ou a geração de renda, acesso a educação voltada para o campo, acesso a terra, as questões de gênero de exclusão das mulheres das atividades rurais, bem como o acesso a lazer e cultura apontam para onde deve se canalizar esforços no sentido de promover o desenvolvimento rural e propiciar a continuidade da agricultura familiar, importante não só para a produção de alimentos mas também para a manutenção cultural, social e ambiental.

A questão de exclusão feminina do rural é histórica, entretanto o rural não é só um lugar em que se produzem produtos agrícolas, pode ser também um lugar para se morar e desenvolver outras atividades quer seja de prestação de serviços, turismo, comércio ou até mesmo indústria. Fomentar atividades não agrícolas se torna bastante oportuno para gerar trabalho e renda aqueles que não desejam trabalhar na agricultura, mas que podem permanecer no local contribuindo para seu desenvolvimento.

Aos poderes públicos municipal, estadual e federal cabe o papel de garantir a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades rurais, promover políticas públicas de acesso a terra, ao crédito, a educação a pesquisa e extensão rural. Também importante garantir uma estabilidade econômica e valorização da produção primária, em especial aquela que pode chegar direto a mesa do consumidor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo realizou uma análise sobre a juventude rural e a sucessão familiar no oeste catarinense, a pesquisa é qualitativa e quantitativa, quanto aos objetivos é exploratória e descritiva, a realização do estudo se deu através de revisão bibliográfica e

pesquisa de campo, como população da pesquisa artigos e publicações realizadas sobre os temas: Juventude rural, sucessão, agricultura familiar e desenvolvimento regional; e propriedades da agricultura familiar da 29ª ADR de Palmitos, tendo como amostra 36 propriedades rurais, a amostragem é do tipo probabilística estratificada, fazendo parte da amostra somente propriedades com jovens.

Foi realizada entrevista estruturada com questionários contendo 10 perguntas fechadas de múltipla escolha. Estudos apontam como fatores determinantes para a permanência do jovem no meio rural, ampliação no acesso à terra; garantia de renda; participação na tomada de decisões; acesso ao lazer e meios de comunicação; educação voltada para o campo e questões de gênero.

A pesquisa de campo corrobora com os dados da revisão verificando principalmente que na maioria das propriedades vivem apenas 3 pessoas; quem administra tem apenas o ensino fundamental e idade acima de 56 anos; os jovens desejam permanecer na agricultura; não discutem questões de herança; a renda é considerada satisfatória; o acesso aos meios de comunicação é grande e a localização da propriedade considerada boa.

Ambos os estudos apontam que os fatores limitantes para a permanência do jovem na agricultura familiar, questões ligadas à renda, a educação, acesso a terra, participação nos processos decisórios, questões de gênero ligado à baixa permanência das jovens e acesso ao lazer e cultura.

Para obtenção dos resultados foi realizado um breve histórico da agricultura familiar e seus processos sucessórios ao longo do tempo na região oeste catarinense, identificado como ocorre a sucessão familiar nos dias atuais e analisado as implicações dos processos sucessórios sobre o meio rural.

Necessário estabelecer e/ou reforçar políticas públicas para manutenção da agricultura familiar, a qual desempenha papel de destaque na economia regional sendo responsável por mais de 70% do valor adicionado da 29ª ADR de Palmitos.

Uma das políticas mais importantes poderia ser a garantia de acesso as áreas de terras dos que não possuem sucessores por aqueles que pretendem continuar na atividade. Entende-se a eficiência da agricultura familiar na geração de trabalho e renda, possibilitando com isso a manutenção cultural, social e da paisagem, características peculiares da agricultura familiar.

Um tema importante de ser estudado com mais atenção é a questão de gênero no meio rural da agricultura familiar e a preocupação de alguns pesquisadores sobre a questão do celibato rural. Atualmente, diferente do passado, ser agricultor é mais uma opção que o jovem tem, cabe ao poder público e a sociedade tornar esta opção atrativa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In: Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtas/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acessado em 23 abr. 2017.
- ABROMOVAY, Ricardo. **Juventude rural: ampliando as oportunidades, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, n° 1. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>> Acessado em: 25 mar. 2017.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. **As políticas públicas para a juventude rural: balanço, perspectivas e questões para o debate**. Porto Alegre, nov. 2012. Seção Opinião Pública. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/as-politicas-publicas-para-a-juventude-rural-balanco-perspectivas-e-questoes-para-debate/>. Acessado em: 25 mar. 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Presidência da República. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acessado em 21 maio 2017.
- _____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acessado em 21 mai 2017.
- CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude, 2017. Disponível em: <http://juventude.gov.br/conjuve/sobre>. Acessado em: 21 mai 2017.
- DE MELLO, M. A.; SCHMIDT, W., A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste catarinense; possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. 2003. 19 f. Disponível em: http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_1781.pdf. Acessado em: 06 abr. 2017.
- DEBONA, Darci. Produção de leite em Santa Catarina cresceu 191% de 2000 a 2013. Jornal de Santa Catarina. Pub. Em 08 out. 2015. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2015/10/producao-de-leite-em-santa-catarina-cresceu-191-de-2000-a-2013-4865291.html>. Acessado em: 10 abr. 2017.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DIEHL, Astor A. TATIM, Denise C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: Métodos e técnicas**, São Paulo: Prentice Hall, 2004

FECAM, Federação Catarinense de Municípios, <http://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/variavel/codSecretariaDesenvolvimento/5/codIndicador/482/ano/2017>, acessado em: 21 maio 2017.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DE MELLO, M. A.; TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?, In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 12, no. 2, 2004: 237-271. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/251>. Acessado em 15 mar. 2017.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007

IPEA - Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada, **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília : 2009. 303 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641. Acessado em 23 abr. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acessado em: 06 abr. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Contagem da população 2007. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acessado em 04 abr. 2017

IBGE -G Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística CIDADES. Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>. Acessado em: 06 abr. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Nivaldo Estrela; NORONHA, Hermando Ferreira. Agricultura familiar: entender e transformar. Florianópolis: EPAGRI, 1998, 39p.

MELLO, M. A., ABRAMOVAY, R., SILVESTRO, M. L., DORIGON, C., FERRARI, D. L., & TESTA, V. M. (2003). **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. *Agricultura em São Paulo*, 50(1), 11-24.

MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. 2006, Fortaleza. **Anais...Fortaleza: UFC, 2006**. Disponível em: http://www.sober.org.br/palestra/anais_sober_final_4_16.pdf. Acessado em: 14 mai 2017.

Mesorregião do Oeste Catarinense, Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Oeste_Catarinense. Acessado em: 06 abr. 2017.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha Plano Safra 2016 2017**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/publicacoes/cartilha-plano-safra-2016-2017>. Acessado em 06 abr. 2017.

PIVA, Ana Silva. Formação do Sistema Agroindustrial e os Fluxos Migratórios na Mesorregião Oeste Catarinense. 2010. 85 f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292727>. Acessado em: 21 maio 2017.

PUNTEL, Jeovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. In: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICO, 2011, Brasília. **Anais...**Brasília: IPEA 2011, p. 1-20. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acessado em: 10 mar. 2017.

RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, I.M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.

Revista Milkpoint, Santa Catarina: 'nadando de braçada' no leite. Revista Milkpoint. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/santa-catarina-nadando-de-bracada-no-leite-105021n.aspx>. Acessado em 28 mar. 2017.

SILVESTRO, Milton Luiz; Aut. Corpora.: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí (Brazil). Inst. de Ciencias Humanas e Sociais. Título: Transformacoes da agricultura familiar e estrategias de reproducao: o caso do oeste catarinense. P. imprensa: Itaguaí, RJ (Brazil). 1995.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis : Epagri; Brasília : Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPANVELLO, Rosani Maria. **A dinâmica sucessória da agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acessado em: 15 mar. 2017.

STÜRMER, Nádia Roberta. **O mundo rural em transformação: possibilidades e perspectivas para os filhos de agricultores familiares em Barra Bonita (SC)**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90937>. Acessado em: 15 mar. 2017.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247 p.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15908>. Acessado em: 03 mar. 2017.